

GRANDES AVANÇOS

Roberto Rodrigues*

De acordo com dados do Banco Central recentemente divulgados, as cooperativas de crédito somadas já equivaleriam ao sexto maior banco do país, com mais de 126 bilhões de reais em ativos. Na verdade, elas representam apenas 3% do sofisticado sistema financeiro brasileiro, atrás do Banco do Brasil, Itaú, Caixa, Bradesco e Santander, mas à frente de outros gigantes como Citibank e Banrisul. Este número (3%) representa a soma de todas as cooperativas de crédito, que hoje estão ligadas a 4 grandes grupos: Sicredi, Sicoob, Unicred e Confesol. E já fazem todas as atividades que os bancos realizam, tendo crescido cerca de 20% ao ano desde 2010, bem mais do que cresceram os bancos médios no período (11%) e mesmo os grandes bancos (16%).

Explica-se: cooperativa, por definição doutrinária, não é empresa que objetive lucro; seu papel é prestar serviços ao associado. Por isso, pode operar com taxas de juros menores. Os números a respeito são interessantes: no crédito pessoal, as cooperativas trabalham com juros de 2,1% ao mês, enquanto os bancos cobram 6,1%, quase 3 vezes mais. Os juros dos bancos no cheque especial são o dobro das cooperativas, assim como os do cartão de crédito. Isso já justificaria o crescimento desproporcional. Mas há outros fatores importantes: como o cooperado tem o duplo papel de dono e usuário da cooperativa, seu cadastro é bem conhecido pelos operadores, de modo que a concessão do crédito é muito desburocratizada. E mais: as cooperativas de crédito operam em praças dominadas por clientes de baixa renda que não oferecem atrativos para bancos, mas precisam de serviços financeiros, como qualquer pessoa.

Tudo indica que as cooperativas de crédito crescerão bastante no Brasil, até porque contam com um forte aparato de fiscalização e suporte do Banco Central que garante a lisura das operações financeiras, gerando confiança no mercado.

Mas não foi sempre assim. Estes avanços todos só foram possíveis depois da promulgação da Constituição de 1988, cujo artigo 192, que caracteriza o Sistema Financeiro Nacional estabelece que as cooperativas de crédito podem "ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras". Esse foi o ponto de inflexão para o desenvolvimento desse importante setor, até então imobilizado pelas regras do Bacen: não podiam ter talão de cheque, nem depósitos remunerados, nem coletar impostos e taxas, nem caderneta de poupança, nem nada. A partir de 1988, o CMN estabeleceu as normas para operação do crédito cooperativo e até da constituição de bancos cooperativos como o Bansicredi e o Bancoob.

Isso tudo é um velho sonho que vai se concretizando lentamente, mas com segurança. O sonho de que algum dia os produtores rurais poderiam reduzir sua dependência de bancos e caminhariam com as próprias pernas com um Sistema Financeiro deles mesmos, representado pelas cooperativas de

crédito rural e seus bancos de cúpula. O modelo é muito conhecido no mundo todo, como o Rabobank holandês, o Crédit Agricole francês, o DG Bank alemão e o sistema Raiffeisen austríaco. Os bancos cooperativos respondem por quase metade do crédito rural norte americano e o modelo canadense Desjardins por bem mais do que isso.

Há muito o que comemorar, mas também há muito o que conquistar: se temos apenas 3% de todo o sistema financeiro nacional, o espaço a ocupar é ainda enorme. E talvez já esteja passando da hora de reunir todos os grupos em um único banco cooperativo. Para isso, será preciso muita renúncia a vaidades e poderes regionais...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**